DocuSign Envelope ID: 5D23D4CF-657D-43CB-98C6-78D32A0612ED

JIVE INVESTMENTS GESTÃO DE RECURSOS E CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 12.600.032/0001-07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	395	33	711	64
Títulos e valores mobiliários	10	55.291	171.508	152.805	235.556
Contas a receber	11	7.629	5.619	29.340	19.297
Contas a receber partes relacionadas	29	1.656	–	1.831	–
Impostos a recuperar		4.179	444	5.574	475
Outros créditos		1.205	656	6.589	663
Dividendos a receber	23	20.000	–	–	–
Dividendos antecipados		–	–	24.062	–
Total do ativo circulante		90.355	178.261	220.912	256.054
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários lp	10	152.097	95.192	160.209	95.192
Contas a receber partes relacionadas	29	41.099	40.244	41.099	40.244
Outros créditos		1.477	1.102	1.824	1.224
Impostos a recuperar		13.738	–	13.738	–
Investimentos	12	420.252	75.850	8.383	8.382
Propriedades para investimento	13	55.151	55.151	55.151	55.151
Imobilizado	14	54.148	51.004	56.262	51.006
Intangível	15	3.624	454	308.587	454
Total do ativo não circulante		741.586	318.997	645.253	251.654
Total do Ativo		**831.941**	**497.258**	**866.165**	**507.708**
		Controladora		**Consolidado**	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Fornecedores	16	3.603	3.784	3.464	3.840
Empréstimos e financiamentos	17	30.278	14.063	30.278	14.063
Pagamentos contingentes por aquisição de negócios	3	49.918	–	49.918	–
Contas a pagar partes relacionadas	29	806	1.474	887	1.555
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	20	7.386	8.908	10.045	8.986
Obrigações tributárias	21	3.013	2.214	30.559	12.370
Arrendamentos direito de uso a pagar	19	1.311	1.692	1.311	1.692
Outras obrigações		279	552	1.609	593
Total do passivo circulante		96.594	32.687	128.071	43.099
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	105.144	78.936	105.144	78.936
Pagamentos contingentes por aquisição de negócios	3	79.697	–	79.697	–
Arrendamentos direito de uso a pagar	19	22.695	27.470	22.695	27.470
Outras obrigações		438	213	517	213
Total do passivo não circulante		207.974	106.619	208.053	106.619
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	134	126	134	126
Reservas de capital	23	458.819	334.123	458.819	334.123
Reserva de lucros	23	68.420	23.703	68.420	23.703
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		527.373	357.952	527.373	357.952
Participação de não controladores		–	–	2.668	37
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**831.941**	**497.258**	**866.165**	**507.708**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro Líquido do Exercício	68.576	56.569	68.576	56.569
Outros resultado abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	68.576	56.569	68.576	56.569
Resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Controladores	68.576	56.569	68.576	56.569
Não controladores	–	–	(238)	46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receita Líquida de Serviços Prestados	25	71.828	51.633	177.981	140.222
Custo dos serviços prestados		–	–	(4.149)	–
Lucro Bruto		71.828	51.633	173.832	140.222
Receitas (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas	26	(76.618)	(65.144)	(91.347)	(68.788)
Resultado de equivalência patrimonial	12	61.739	71.740	–	–
Outras receitas operacionais	27	53	136	53	136
Outras despesas operacionais	27	(837)	(2.097)	(1.488)	(2.097)
Lucro antes do Resultado Financeiro		56.165	56.268	81.050	69.473

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	28	35.432	6.729	43.626	7.706
Despesas financeiras	28	(27.349)	(6.427)	(28.122)	(6.589)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		64.248	56.569	96.554	70.590
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	24	–	–	(30.907)	(3.960)
Diferidos	24	4.328	–	2.691	(10.015)
Lucro do Exercício		68.576	56.569	68.338	56.615
Atribuível aos controladores		68.576	56.569	68.576	56.569
Atribuível aos não controladores			–	(238)	46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	100	(82)	6.322	6.340	494	6.834
Lucro líquido do exercício	–	–	56.569	56.569	46	56.615
Ajuste anos anteriores	–	–	106	106	–	106
Emissão de Ações	26	6	(6)	26	–	26
Constituição de Reservas	–	384.974	–	384.974	–	384.974
Custo na Emissão de Ações	–	(25.079)	–	(25.079)	–	(25.079)
Transação entre sócios	–	(25.696)	–	(25.696)	–	(25.696)
Dividendos distribuídos	–	–	(39.288)	(39.288)	(503)	(39.791)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	126	334.123	23.703	357.952	37	357.989
Lucro líquido do exercício	–	–	68.576	68.576	(238)	68.338
Ajuste anos anteriores	–	–	48	48	–	48
Emissão de Ações	8	1	(1)	8	–	8
Constituição de Reservas	–	1.081	–	1.081	–	1.081
Custo na Emissão de Ações	–	3.427	–	3.427	–	3.427
Aquisição de controlada a valor justo	–	120.187	–	120.187	–	120.187
Aquisição de controlada	–	–	–	–	2.869	2.869
Transação entre sócios	–	–	130	130	–	130
Dividendos distribuídos	–	–	(24.036)	(24.036)	–	(24.036)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	134	458.819	68.420	527.373	2.668	530.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		68.576	56.569	68.338	56.615
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação	14	1.847	2.890	2.146	2.884
Amortização	15	170	–	740	–
Amortização direito de uso	14	1.499	–	1.499	–
Rendimento de aplicação financeira	28	(16.903)	(5.269)	(25.451)	(6.246)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	24	(4.328)	–	28.216	13.975
Perda (ganho) com investimento	12	(9.669)	34.576	(9.669)	–
Resultado de equivalência patrimonial		(61.739)	(71.740)	–	–
Juros s/ empréstimos e aquisições a pagar		12.702	4.858	12.702	4.858
Juros s/ empréstimos - partes relacionadas		1.235	713	1.229	719
Juros s/ arrendamento - direito de uso		2.391	184	2.391	184
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(2.010)	(3.039)	(10.043)	(7.395)
Partes relacionadas		(2.511)	(32.633)	(2.686)	(32.837)
Impostos a recuperar		(17.473)	(306)	(18.837)	(313)
Outros créditos		(924)	167	(6.527)	40
Fornecedores		(181)	3.040	(376)	3.006
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.522)	4.947	1.059	5.020
Obrigações tributárias		5.127	1.236	(2.531)	1.525
Contas a pagar - partes relacionadas		(1.903)	(3.503)	(1.897)	(2.708)
Arrendamentos direito de uso pago		(7.547)	16.479	(7.547)	16.479
Outras obrigações		(49)	280	1.320	(465)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(33.210)	9.450	34.077	55.341
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(7.496)	(7.356)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(33.210)	9.450	26.580	47.985

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Aplicações financeiras		85.883	(260.552)	52.851	(320.431)
Aquisição de imobilizado	14	(10.957)	(17.281)	(15.479)	(17.281)
Aquisição de arrendamentos	19	4.467	(18.760)	6.578	(18.760)
Aquisição de intangível	15	(3.340)	(262)	(308.873)	(262)
Aquisição de participação em controlada		(282.663)	(24.938)	–	(8.382)
Aquisição de participação por custo	12	–	(8.382)	–	
Aquisição de propriedades		–	(55.151)	–	(55.151)
Lucros recebidos de controladas		(20.000)	11.000	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(226.611)	(374.326)	(264.923)	(420.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Emissão de ações	23	8	26	8	26
Bônus de subscrição de ações		–	974	–	974
Ágio na emissão de ações		1.081	384.000	1.081	384.000
Custo de emissão de ações		3.427	(25.079)	3.427	(24.764)
Transação entre sócios		130	(25.696)	130	(25.696)
Aquisição de controlada valor justo	3	120.579	–	120.579	–
Aquisição de controlada		–	–	2.869	–
Ajustes anos anteriores		48	106	48	(501)
Dividendos pagos	s	(24.036)	(39.287)	(24.036)	(39.287)
Dividendos antecipados		–	–	(24.062)	–
Aquisições a pagar		127.582	–	127.582	–
Captação de empréstimos - partes relacionadas		–	40.000	–	40.000
Captação de empréstimos		51.188	–	51.188	–
Amortização de empréstimos e financiamentos		(19.434)	–	(19.434)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		260.574	335.044	239.381	334.752
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes De Caixa		754	(29.832)	1.038	(37.530)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		33	29.866	64	37.594
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		395	33	711	64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A. ("Jive Investments" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Brasil, constituída em 10 de maio de 2010 na forma de sociedade limitada e transformada em sociedade anônima em 22 de dezembro de 2020, tem por objetivo prestar serviços de consultoria em estratégia de negócios e serviços de recuperação de créditos, sobretudo créditos concedidos a empresas por instituições financeiras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia é controlada pela Jive Holding Ltda. que detêm 70,55% do seu capital social. Atualmente, os principais serviços prestados pelo Grupo Jive compreendem: **Jive Investments** - os principais clientes são: fundos de investimento que adquirem créditos inadimplidos e ações judiciais e terceirizam os esforços de cobrança e monetização destes ativos, incluindo os esforços de negociação e o gerenciamento dos esforços judiciais liderados por advogados, e fundos imobiliários que adquirem imóveis com problemas e terceirizam a regularização e coordenação da venda destes imóveis por corretores. Além destes fundos, a Companhia também presta serviço de recuperação de crédito para fundos de pensão nacionais e outros credores. **Jive Asset** - seu objeto é atuar como gestora de carteiras e recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, especialmente fundos de investimento em direitos creditórios e fundos imobiliários, ainda com foco em ativos d*istressed*, no Brasil e no exterior. **ClaimFy -** é uma plataforma dedicada à originação e recuperação de direitos creditórios pulverizados, aliando tecnologia proprietária com conhecimento jurídico e financeiro para maximizar o retorno dos investidores. **DBJus -** oferece soluções para empresas e escritórios que utilizando tecnologia para coletar, analisar e tratar os dados jurídicos, com soluções voltadas a atualização de dados jurídicos automaticamente, monitoramento jurídico setorial, monitoramento de processos, análise preditiva, *big data*, *business intelligence* jurídico e pesquisa de processos. **Localize -** a plataforma efetua a investigação de ativos e gestão de créditos inadimplidos, fornece pesquisas de bens escaláveis e soluções customizadas para cobranças judiciais e extrajudiciais. **Mauá** - A Mauá Capital S.A tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades simples ou empresárias e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. As demais empresas do grupo, são responsáveis pela gestão de fundos e carteiras de investimento de renda variável, multimercados e imobiliário, e possuem como objetivo a geração de retornos consistentes no médio e longo prazo. **2. Relação das entidades controladas:** A Jive Investments é a líder do "Grupo Jive" (ou somente "Grupo"), que inclui as seguintes companhias em suas devidas participações,

	Tipo de Participação	País	Moeda Funcional	Data	Participação 2022	Participação 2021
Jive Asset (I)	Direta	Brasil	Real	10/06/2011	99.94%	99.94%
Mauá Capital (II.a)	Direta	Brasil	Real	31/10/2022	100%	0%
Mauá Real Estate (II.a.i)	Indireta	Brasil	Real	31/10/2022	99,95%	0%
Mauá Consultoria (II.a.ii)	Indireta	Brasil	Real	31/10/2022	100%	0%
Mauá Alternativos (II.a.iii)	Indireta	Brasil	Real	31/10/2022	100%	0%
Mauá Investimentos (II.a.iv)	Indireta	Brasil	Real	31/10/2022	100%	0%
Claimfy (III)	Direta	Brasil	Real	02/09/2021	100%	100%
DBJus (III.a)	Indireta	Brasil	Real	17/03/2022	100%	0%
Localize (IV)	Direta	Brasil	Real	15/06/2022	37,40%	0%
Jive LLC (V)	Direta	Estados Unidos da América	Dólar	25/05/2022	100%	0%

I. Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Jive Asset" ou "Controlada"), sociedade limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo/São Paulo, com registro no Brasil. Iniciou suas operações em junho de 2011. A participação da Jive Investments na empresa é de 99,94%. **II.** Mauá Capital S.A ("Mauá Capital" ou "Controlada"), líder do grupo, a empresa está situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo/São Paulo, com registro no Brasil. A participação da Jive Investments na empresa é de 100%. i. Mauá Capital Real Estate Ltda. ("Mauá Real Estate"). A participação da Mauá S.A na empresa é de 99,95%. ii. Mauá Consultoria de Investimentos e Econômica Ltda. ("Mauá Consultoria"). Subsidiária integral da Mauá S.A. iii. Maua Capital Investimentos Alternativos Ltda. ("Mauá Alternativos"). Subsidiária integral da Mauá S.A. iv. Maua Investimentos Ltda. ("Mauá Invetsimento"). Subsidiária integral da Mauá S.A. **III.** Claimfy Serviços e Desenvolvimento S.A. ("Claimfy" ou "Controlada"), sociedade anônima com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo/São Paulo, com registro no Brasil. **a.** DBJus Informação e Serviços Empresariais Ltda. ("DBJus"), subsidiária integral da Claimfy, adquirida em 17/03/2022. **IV.** Localize Investigação e Recuperação de Ativos S.A ("Localize" ou "Controlada"). Em 15/06/2022 a Jive Investments adquiriu 37,40% de participação na Localize. A Jive possui participação relevante e voto afirmativo em todas as matérias que são de responsabilidade do Conselho. Nos termos do CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, a Jive identifica possuir todos os atributos necessários para identificar controle, sendo: • poder sobre a investida; • exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. **V.** Jive Investments Opportunities LLC ("Jive LLC"), sociedade constituída no estado de Delaware, com registro nos Estados unidos da América, subsidiária integral da Jive Investments. **3. Aquisição e constituição de controladas:** Dadas as movimentações societárias do exercício, abaixo segue o resumo comparativo em 2022 das participações detidas pela Jive Investments:

		Tipo de Participação	Operação	Data	2022
I.	Mauá Capital	Direta	Combinação de Negócios	31/10/2022	100%
I.I.	Mauá Real Estate	Indireta	Combinação de Negócios	31/10/2022	99,95%
I.I.	Mauá Consultoria	Indireta	Combinação de Negócios	31/10/2022	100%
I.I.	Mauá Alternativos	Indireta	Combinação de Negócios	31/10/2022	100%
I.I.	Mauá Investimentos	Indireta	Combinação de Negócios	31/10/2022	100%
II.	DBJus	Indireta	Combinação de Negócios	17/03/2022	100%
III.	Localize	Direta	Combinação de Negócios	15/06/2022	37,40%
IV.	Jive LLC	Direta	Constituição	25/05/2022	100%

I. Mauá Capital S.A.: Em 31 de outubro de 2022 houve a aquisição da Mauá Capital S.A., fundado em 2010 e sediada na cidade de São Paulo. A operação com a Mauá Capital S.A. se deu com a companhia principal e as seguintes companhias subjacentes:

		Tipo de Participação	Operação	2022
I.	Mauá Capital	Direta	Combinação de Negócios	100%
I.I.	Mauá Real Estate	Indireta	Combinação de Negócios	99,95%
I.I.	Mauá Consultoria	Indireta	Combinação de Negócios	100%
I.I.	Mauá Alternativos	Indireta	Combinação de Negócios	100%
I.I.	Mauá Investimentos	Indireta	Combinação de Negócios	100%

A Companhia adquiriu 100% do controle, que também representa o capital votante, pelo valor contratual total de R$ 312.248 e valor justo total de R$ 307.149. O valor justo da companhia foi apurado na data de aquisição considerando as taxas de mercado em vigor, sendo as parcelas de caixa contingentes trazidas a valor presente a 100% do CDI. Do total pago pela companhia, R$ 186.962 representa a parcela em caixa e R$ 120.187 representa a parcela de troca de participações que compôs a contrapartida as Reservas de Capital da companhia. Adicionalmente a operação, a Jive emitiu 7.212 ações, das quais 5.707 ordinárias e 1.505 preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, destinando-se o preço de emissão para o capital social e a reserva de capital. No mesmo ato, a Jive emitiu bônus de subscrição de 2.621 ações, em favor dos antigos sócios Mauá, totalmente condicionadas ao atingimento de metas e sujeitas as regras de parcela adicional (earnout) e clawback acordadas. Os valores a prazo estão registrados a título de "Pagamentos contingentes por aquisições de negócios" no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022. O montante total em caixa era composto por: a. Primeira Parcela Incondicionada de R$ 47.748, pagos à vista, imediatamente após a assinatura do contrato em 31 de outubro de 2022; e b. Parcela Condicionada de R$ 11.632, pagos em 08 de dezembro de 2022. c. Parcela Contingente I de R$ 49.142 (valor justo), com vencimento em 31 de outubro de 2023, atualizado a 100% do DI - Depósitos Interfinanceiros. Não há *covenants* ou condições condicionantes para cumprimento da obrigação. d. Parcela Contingente II de R$ 78.441 (valor justo), com vencimento em 31 de outubro de 2024, atualizado a 100% do DI - Depósitos Interfinanceiros. Não há *covenants* ou condições condicionantes para cumprimento da obrigação. ***(i) Participação Adicional e Participação ClawBack:*** Em conjunto com a operação, houve a emissão de Bônus de Subscrição, a serem adquiridos pelos Sócios Remanescentes, nas mesmas proporções das Ações Aumento JIC, que conferem direito de subscrição a uma quantidade fixa de ações. As Partes concordaram que os Sócios Remanescentes poderão fazer jus, em conjunto, a uma quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela JIC a depender de metas estabelecidas no acordo de investimento inicial ("Participação Adicional"). Os Sócios Remanescentes também concordam que o percentual do capital total detido por eles também poderá ser reduzido conforme aplicável, caso não atinjam os Requisitos Mínimos previstos ("Participação Clawback"). A Participação adicional máxima será de 1,82% registrada via bônus de subscrição em ações preferenciais subscritas pela Jive na data de aquisição da Mauá S.A, e a Participação Clawback máxima será de 1,08%. No momento da realização da aquisição, a melhor estimativa da administração é que o cenário base onde nenhum pagamento adicional ou *clawback* seja atingido, representa substancialmente a expectativa de pagamento da aquisição. Essa estimativa será revisada ao longo dos períodos de apuração, referentes ao fechamento dos exercícios de 2022 a 2024, e quaisquer variações serão reconhecidas em contrapartida ao resultado dos exercícios em que forem apuradas. ***(ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:*** A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Valor justo dos ativos e passivos
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	6.298
Clientes	1.786
Impostos a recuperar	567
Outros créditos	752
Depósitos judiciais	44
Aplicações financeiras	3.798
Imobilizado	953
Total do ativo	**14.197**
Passivo	
Fornecedores	282
Obrigações trabalhistas e tributárias	538
Outras contas a pagar	275
Contas a pagar	230
Patrimônio líquido	12.872
Total do passivo + patrimônio líquido	**14.197**

(iii) Ativos intangíveis identificados na combinação de negócios

Descrição	Valor justo	Vida útil
Marca	11.215	30 anos
Ativo contratual listado	50.128	18 anos
Ativo contratual não listado	26.122	5 anos
Total	**87.465**	

O ágio decorrente da aquisição foi reconhecido como segue:

Contraprestação transferida	307.542
Patrimônio líquido	(12.872)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(87.465)
Passivo contingente	4.351
Ágio (i)	**211.163**

(iv) Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data da compra: O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Companhia. A movimentação de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 129.615, oriundos das parcelas contingentes I e II. ***(i) Mensuração do valor justo:*** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes: • Ativo intangível relacionado a marketing: acordo de não competição e marca "Mauá". Método Relief from Royalty - RFR. que utiliza uma taxa de royalty estimada e a receita projetada da Mauá. A taxa de royalty aplicada, 2,7% sobre a receita líquida, foi obtida utilizando pesquisa na base https://www.markables.net/ . Essa base pesquisa informações públicas de cálculo de intangíveis realizadas e outras fontes. A pesquisa foi feita considerando o Central Product Classification das Nações Unidas- CPC *code* 71155 - *Investment, asset and wealth management services, funds, private equity services*; • Ativo intangível relacionado a clientes: carteira de clientes, ou seja, os fundos geridos pela Mauá na data da aquisição. Método dos lucros excedentes (*Multi-Period Excess Earnings Method - MPEEM*). Para a aplicação da metodologia MPEEM, é necessário estimar os ativos que contribuem para que a carteira de clientes possa gerar resultado futuro. Assim, no cálculo do valor justo da carteira de clientes foram considerados os seguintes ativos que contribuem: a. Capital de giro. b. Ativo imobilizado. c. Mão de obra formada (força de trabalho). d. Marca. Os ativos intangíveis foram analisados separadamente, e o método mais apropriado para o cálculo do seu valor justo foi empregado. A aquisição de controle da Mauá Capital S.A. permitirá a Companhia aprimorar as transações da Companhia em termos de agilidade e segurança e aumentará consideravelmente a capacidade de gestão de ativos e contribuir significativamente na geração de receitas. Desde a data da combinação de negócios em 31 de outubro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, a Mauá Capital S.A. contribuiu com uma receita líquida total de R$ 7.070 e lucro líquido de R$ 3.876 nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a administração estima que a receita líquida consolidada seria de R$ 222.714 (R$ 44.733 acima dos apresentados nas demonstrações consolidadas) e o lucro líquido seria de R$ 100.776 (R$ 32.438 acima dos apresentados nas demonstrações consolidadas). ***II. DBJus Informação e Serviços Empresariais Ltda:*** Em 17 de março de 2022 houve a aquisição da DBJus Informação e Serviços Empresariais Ltda, empresa fundada em 2014 e sediada na cidade de Florianópolis. A DBJus é uma empresa que opera, explora e desenvolve uma plataforma eletrônica chamada "DBJus", que captura e armazena conjuntos de informações jurídicas envolvendo processos, dívidas, advogados, partes, regiões e movimentações, analisando e tratando essas informações para transformá-las em informações de qualidade para seus clientes, aprimorando suas análises de risco e crédito, com base de dados que, nessa data, trabalha com mais de 232.000.000 (duzentos e trinta e dois milhões) de processos judiciais. A Jive Investments possui 100% da companhia ClaimFy que adquiriu 100% do controle da DBJus, tornando-se assim controladora indireta da DBJus, que representa o capital votante, pelo valor total de R$ 2.805, parcela integralmente paga em caixa durante o exercício de 2022. O valor justo da contraprestação transferida foi de R$ 1.701 considerando o valor contábil do patrimônio líquido da companhia que era de (R$ 1.104). ***(i) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:*** A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Valor justo dos ativos e passivos
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	95
Clientes	22
Impostos a recuperar	31
Imobilizado	94
Total do ativo	**242**
Passivo	
Fornecedores	790
Obrigações trabalhistas e tributárias	55
Outras contas a pagar	93
Empréstimos e financiamentos	338
Parcelamento tributário	70
Patrimônio líquido	(1.104)
Total do passivo + patrimônio líquido	**242**

(ii) Ativos intangíveis identificados na combinação de negócios

Descrição	Valor justo	Vida útil
Softwares (Tecnologia)	890	1 ano
Base de dados	480	1 ano
Marca	273	4 anos
Total	**1.590**	

O ágio decorrente da aquisição foi reconhecido como segue:

Contraprestação transferida	1.701
Patrimônio líquido	1.104
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(1.643)
Ágio (i)	**1.162**

(ii) Mensuração do valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes: • Ativo intangível relacionado a marketing: acordo de não competição e marca "DBJus". O método utilizado para o cálculo do valor justo da marca foi o *Relief from Royalty* - RFR, que utiliza uma taxa de *royalty* estimada e a receita projetada da **DBjus**. A taxa de *royalty* aplicada, 6,2% sobre a receita líquida, foi obtida utilizando o conceito de *profit split,* que define que a taxa de *royalty* ***máxima a ser aplicada representa entre 25% e 33% do lucro operacional (****Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT), sendo adotado para a marca DBjus o percentual correspondente a 25% do EBIT. • Ativo intangível baseado em tecnologia: base de dados e tecnologia de software desenvolvido. **Banco De dados:** O valor justo desse banco de dados foi determinado utilizando o método dos lucros excedentes (MPEEM). Para a aplicação da metodologia MPEEM, é necessário estimar os ativos que contribuem para que a carteira de clientes possa gerar resultado futuro. Assim, no cálculo do valor justo da carteira de clientes foram considerados os seguintes ativos que contribuem: • Capital de giro. • Ativo imobilizado. • Mão de obra formada (força de trabalho). • Tecnologia; • Marca. **Tecnologia:** O método do custo foi utilizado para o cálculo do valor justo da força de trabalho a partir da metodologia conhecida como *Replacement Cost - RC* (em português, "custo de reposição"). Utilizando esse método, os custos associados com recrutamento de funcionários e treinamento resultam na mensuração do valor. • Ativo intangível baseado em contrato: força de trabalho. O método do custo foi utilizado para o cálculo do valor justo da força de trabalho a partir da metodologia conhecida como *Replacement Cost - RC* (em português, "custo de reposição"). Desde a data da combinação de negócios até 31 de dezembro de 2022, a Dbjus contribuiu com valor total de receita R$ 1.010 e resultado líquido negativo R$ 868 nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a administração estima que a receita bruta consolidada e o lucro líquido não seriam materialmente diferentes daqueles apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas. ***III. Localize Investigação e Recuperação de Ativos S.A.:*** Em 15 de junho de 2022 houve a aquisição da Localize Investigação e Recuperação de Ativos S.A., empresa fundada em 2011 e sediada na cidade de São Paulo. A Localize é uma empresa que tem como objeto o desenvolvimento de serviço de avaliadores, despachante documentalista, despachante, inventário de bens, serviço de manuseio de documentos, atividades de cobrança e informações cadastrais, investigação particular, preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente, securitização de créditos, aquisição de direitos creditórios e investimento em holdings de instituições não financeiras. A Companhia adquiriu 37,4% do controle da Localize, que representa o capital votante, pelo valor total de R$ 5.600 parcela integralmente paga em caixa durante o exercício de 2022. ***(i) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:*** A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Valor justo dos ativos e passivos
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	7
Clientes	277
Impostos a recuperar	44
Outros créditos	1.149
Imobilizado	32
Intangíveis	229
Total do ativo	**1.738**
Passivo	
Salários e encargos Sociais	222
Outras contas a pagar	67
Dvidendos a pagar	143
Receita diferida	220
Empréstimos e financiamentos	350
Patrimônio líquido	736
Total do passivo + patrimônio líquido	**1.738**

(ii) Ativos intangíveis identificados na combinação de negócio

Descrição	Valor justo	Vida útil
Softwares (Tecnologia)*	1.767	5 anos
Total	**1.767**	

* Proporcionalizado em 37,4%. O ágio decorrente da aquisição foi reconhecido como segue:

Contraprestação transferida	5.600
Patrimônio líquido	(275)
Aporte de capital	(1.533)
Capital de giro	(14)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(1.767)
Ágio (i)	**2.011**

(i) Mensuração do valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes: • Ativo intangível Ativo intangível baseado em tecnologia: base de dados e tecnologia de software desenvolvido. **Tecnologia:** O método do custo foi utilizado para o cálculo do valor justo da força de trabalho a partir da metodologia conhecida como Replacement Cost - RC (em português, "custo de reposição"). Utilizando esse método, os custos associados com recrutamento de funcionários e treinamento resultam na mensuração do valor. Desde a data da combinação de negócios até 31 de dezembro de 2022, a Localize contribuiu com valor total de receita R$ 2.458 e resultado líquido negativo de R$443 nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a administração estima que a receita bruta consolidada e o lucro líquido não seriam materialmente diferentes daqueles apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas. ***IV. Jive Investments Opportunities LLC:*** Em 25 de maio de 2022 a companhia constituiu a empresa Jive Investments Opportunities LLC, em Delaware, Estados Unidos da América, cujo escopo é a consultoria e administração de negócios do grupo com investidores internacionais. Os números da Jive LLC estão consolidados diretamente nestas demonstrações financeiras. **4. Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora", foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 24/04/2023. Detalhes sobre as políticas contábeis significativas da Controladora e do Grupo estão descritas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. O Grupo segue a mesma moeda funcional, com exceção da Jive LLC que tem seus saldos em dólar norte-americano (US$) convertidos para reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e do Grupo, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 12 -** equivalência patrimonial em controladas (Controladora): determinação se a Controladora detém de fato controle sobre uma investida; **Nota explicativa nº 19 -** prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 18 -** mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. O valor justo é classificado em diferentes níveis hierárquicos, com base nos dados e premissas utilizados nas metodologias de precificação, conforme segue: • Nível 1: utilizam preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: utilizam dados ou premissas, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Nível 3: utilizam dados e premissas que não são baseados em informações de mercado observáveis para o ativo ou passivo (dados não observáveis). • Se os dados e premissas utilizadas na mensuração do valor justo de um ativo ou passivo recaem em diferentes níveis de hierarquia, o valor justo é classificado inteiramente no mesmo nível de hierarquia que a informação de nível mais baixo que for significativa para a mensuração como um todo. • A Controladora e o Grupo reconhecem transferências entre níveis de hierarquia do valor justo ao final dos exercícios em que a mudança tenha ocorrido. **• Nota explicativa nº 22 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **c. Mensuração do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 13 -** propriedade para investimento; • **Nota explicativa 18 -** instrumentos financeiros; e • **Nota explicativa 3 -** aquisição de negócio. **7. Políticas contábeis significativas:** A Controladora e o Grupo aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Base de consolidação: *(i) Combinação de negócios:*** Combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A concentração transferida é geralmente mensurada a valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor juto são registradas no resultado do exercício. SE os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. ***(ii) Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial. ***(iii) Participação de acionistas não controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio. ***(iv) Perda de controle:*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. A Companhia destaca que não ocorreu nos exercícios de 2022 e 2021 perda de controle. ***(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações consolidadas, compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. ***(vi) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Controladora e das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Segregação de curto e longo prazo:** A empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições, quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a despesa liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuem liquidez imediata, com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e não estão sujeitos a risco de mudança de valor. **e. Receitas:** As receitas consistem principalmente em taxas de gestão e de performance sobre os ativos sob gestão dos fundos de investimento geridos pelo Grupo, bem como taxas de consultoria e de cobrança. As taxas de gestão, de performance, de consultoria e de cobrança são contabilizadas como contratos com clientes. Nesse sentido, a Controladora e o Grupo (a) identificam os contratos com um cliente; (b) identificam as obrigações de desempenho no contrato; (c) determinam o preço da transação; (d) alocam o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato; e (e) reconhecem a receita quando satisfazem as obrigações de desempenho. Ao determinar o preço da transação, contraprestações variáveis são reconhecidas apenas na medida em que seja provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá quando a incerteza associada com a contraprestação variável for resolvida. Vide a nota explicativa nº 22 "Segmentos operacionais" para uma divulgação desagregada das receitas de contratos com clientes. **Taxas de gestão** - A companhia recebe taxas de gestão dos fundos de investimento, com base em uma porcentagem fixa sobre os ativos sob gestão, podendo ser representados pelo valor dos ativos líquido geridos ou pelo valor total dos ativos geridos, ou sobre o capital comprometido ou capital investido. Esses contratos com clientes exigem que a companhia forneça serviços de gestão de investimentos, o que representa uma obrigação de desempenho atendida ao longo do tempo. As taxas de gestão são uma forma de contraprestação variável, visto que variam com base nas flutuações das bases para apuração da taxa de gestão. O valor da receita geralmente é determinado no final do período de apuração contratado, visto que essas taxas são pagas regularmente (geralmente em uma base mensal) e não estão sujeitas a estorno depois de liquidadas. As taxas de gestão reconhecidas, mas não pagas, cobráveis diretamente dos fundos de investimento, são registradas em contas a receber no balanço patrimonial. A companhia é a principal responsável pelo cumprimento dos serviços e, portanto, atua como principal nesses contratos. Como resultado, os custos desses serviços são apresentados como gerais e administrativas, conforme o caso, e qualquer reembolso de tais custos porventura recebidos são reconhecidos como Receitas líquidas. **Taxas de performance** - as taxas de performance são obtidas com base no desempenho do fundo durante o período, sujeito ao alcance de níveis mínimos de retorno, ou marcas d'água (*hurdle rates*), de acordo com os respectivos termos estabelecidos nos acordos que regem cada fundo. As taxas de performance não são reconhecidas como receita até que (a) seja provável que não ocorrerá uma reversão significativa no valor da receita cumulativa reconhecida; ou (b) a incerteza associada com a contraprestação variável seja subsequentemente resolvida. As taxas de performance são normalmente reconhecidas como receita quando realizadas no final do período de apuração. Uma vez realiza-

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2023 21:41:03 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5D23D4CF-657D-43CB-98C6-78D32A0612ED

JIVE INVESTMENTS GESTÃO DE RECURSOS E CONSULTORIA S.A.

das, essas taxas não estão sujeitas a reembolso ou reversão. As taxas de performance reconhecidas, mas não pagas, cobráveis diretamente dos fundos de investimento, são registradas em Contas a receber no balanço patrimonial. **Taxas de consultoria e cobrança** - taxas contratuais referentes, substancialmente, ao serviço prestado de cobrança e recuperação de créditos, sobretudo aqueles concedidos a empresas de *middle market* por instituições financeiras, e são consideradas contratos com clientes. Essas taxas possuem dois componentes relevantes distintos, sendo um componente de pagamento fixo pelos serviços de cobrança, e outro componente variável, referente ao recebimento de uma porcentagem sobre o valor efetivamente recuperado na recuperação dos créditos. O componente de pagamento fixo é reconhecido quando a obrigação referente ao serviço de cobrança é cumprida, e o componente de pagamento variável é reconhecido somente quando os acordos de recuperação de crédito são efetivamente pagos e liquidados pelos devedores, e o seu valor então é determinado de maneira confiável. As taxas de consultoria e cobrança reconhecidas, mas não pagas, cobráveis diretamente dos clientes da Controladora, são registradas em Contas a receber no balanço patrimonial individual e consolidado. **Receita de fornecimento de dados** - executas pelas controladas DBJus e Localize, são receitas referentes ao serviço prestado de obtenção, manutenção, tratamento e exposição de base dados públicos. **f. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Controladora e o Grupo tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Controladora e do Grupo compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; • receita de dividendos na Controladora; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Controladora de receber o pagamento é estabelecido. A Controladora e o Grupo classificam juros recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e a Controladora classifica dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. • No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 9% respectivamente, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 ao ano para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o lucro presumido, para empresas do setor de serviços, é calculada com a taxa de presunção de 32% e aplicadas as mesmas alíquotas de apuração do lucro real. Para as empresas do Grupo Jive, os regimes de apuração adotados para 2022 são:

	Regime de Tributação
Jive Investments	Lucro Real
Jive Asset	Lucro Real
Mauá Capital	Lucro Real
Mauá Real Estate	Lucro Presumido
Mauá Consultoria	Lucro Presumido
Mauá Alternativos	Lucro Presumido
Mauá Investimentos	Lucro Presumido
Claimfy	Lucro Real
DBJus	Lucro Real
Localize	Lucro Presumido
Jive LLC	N/A

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(vii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Controladora e o Grupo sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas controladas individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Controladora e o Grupo esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. i. **Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	**20 anos**
Máquinas e equipamentos	**10 anos**
Móveis e utensílios	**10 anos**
Computadores e periféricos	**5 anos**
Instalações	**10 anos**

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j. Propriedades para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **k. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** Contas a receber de clientes e os títulos de dívida adquiridos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou contratados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Controladora e o Grupo se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para os instrumentos financeiros classificados como a valor justo pelo resultado, quando os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; aovalor justo por outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Controladora ou o Grupo mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa nº 18). No reconhecimento inicial, a Controladora e o Grupo podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Controladora e o Grupo realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Controladora e do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Controladora e o Grupo consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Controladora e o Grupo consideram: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Controladora e do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial, ou caso seja uma obrigação contingente decorrente de aquisição de negócios. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, e portanto, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Não há passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*. ***(iv) Desreconhecimento:*** Ativos financeiros: A Controladora e o Grupo desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Controladora e o Grupo realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Controladora e o Grupo desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, bem como quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(v) Impairment de ativos financeiros não-derivativos:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e - Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **l. Capital social:** ***(i) Ações ordinárias:*** As ações ordinárias da Controladora foram avaliadas quanto às suas características e são consideradas instrumentos patrimoniais. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro e o *IAS 12 - Income taxes*. (vide nota explicativa nº 21). **m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** ***Ativos não financeiros:*** Em cada data de reporte, a Controladora e o Grupo revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Perdas por redução ao valor recuperável, exceto aquelas sobre ágio, são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **o. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Controladora e o Grupo avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) e no IFRS 16. ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Controladora e o Grupo alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Controladora e o Grupo reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Controladora e do Grupo. Geralmente, a Controladora e sua controlada usam suas taxas incrementais sobre empréstimo como taxa de desconto. A Controladora e o Grupo determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Controladora e o Grupo apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações de arrendamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Controladora e o Grupo optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. Reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. ***(ix) Mensuração do Valor Justo:*** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (não performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 18). Quando disponível, a Controladora e o Grupo mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se determinam que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciem em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **B. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. O Grupo contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, o Grupo reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. **C. Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: - IFRS 17 Contratos de Seguros. - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **9. Caixa e equivalentes de caixa:** Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração	2022	2021	2022	2021
Caixa		1	1	1	1
Bancos conta movimento		137	14	431	15
Aplicações financeiras (*)		257	18	279	48
Itaú	96,00%-DI	257	18	279	47
Bradesco	99,25%-DI	–	–	–	1
Total		395	33	711	64

(*) Refere-se a aplicações financeiras de liquidez imediata, sem qualquer incidência de taxas de resgate ou outra forma de tarifa bancária. Há a incidência de IR e IOF sobre os rendimentos auferidos. **10. Títulos e valores mobiliários:** Este saldo compreende as aplicações financeiras em ativos financeiros (circulante e não circulante) classificados pelo valor justo por meio do resultado, compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
CDB - DI Itaú	5.689	167.154	19.106	182.716
CDB - DI Modal	49.604	–	129.542	48.393
Fundo Itaú Soberano Simples FIC (i)	–	4.354	–	4.447
Fundo Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI FI (ii)			4.158	
Fundo FIP Real Strategy (iii)	31.075	30.615	31.075	30.615
Fundo RC I FIM CP (iv)	34.412	42.579	34.412	42.579
Fundo de Investimento Imobiliário - FIJ I	–	147	–	147
JIF Fundo de Renda - FIC FIDC (v)	57.041	21.851	57.041	21.851
RELG11 (vi)	4.675	–	4.675	–
Fundo ARC Fund IV Feeder, LP (vii)	11.602	–	11.602	–
MZO FI Part Multiestratégia (viii)	–	–	5.083	–
Mauá Capital P FI Multi Cred Priv IE (ix)	–	–	3.029	–
Debentures conversíveis (x)	3.011	–	3.011	–
Debentures conversíveis (xi)	10.281	–	10.281	–
Total	207.388	266.701	313.014	330.748

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos com liquidez imediata. O Fundo Itaú Soberano Simples FIC teve uma rentabilidade de 12,35% em 2021 (4,34% em 2021). (ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos com liquidez imediata. O Fundo Itaú Institucinal Renda Fixa Referenciado DI FI teve uma rentabilidade de 13,53% em 2022. (iii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos administrado pela MAF DTVM S.A. Em 2022, a Companhia detém 50% de participação neste fundo tendo adquirido cotas em julho de 2021. O fundo investido possui 98% de participação em ações de companhia fechada. (iv) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos administrado pela MAF DTVM S.A. Em 2022, a Companhia detém 100% de participação neste fundo tendo adquirido cotas em 01/10/2021. O fundo investido, por sua vez, possui aplicações em Letras Financeiras de Tesouro (1,75% do PL do fundo investido) e aplicações em cotas do Fundo de Recuperação de Ativos FIDC NP, FIDC NP Selecionados II e Creditmix FIDC NP, que representam 33,18%, 34,19% e 30,95% do PL do fundo investido, respectivamente. (v) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo administrado pelo Banco Daycoval . Em 2022, a Companhia detém 95,96% (não é exclusivo) de participação neste fundo investido, que por sua vez tem 15,16% do Jive Bossanova Master FIC FIM tendo adquirido suas cotas em dezembro de 2021. (vi) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo listado na B3. (vii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimentos offshore, com participação e em 2022 de 3,30%. (viii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos administrados pelo BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM. Em 2022 a Companhia detém 9,8% de participação neste fundo tendo adquirido as cotas a partir de abril de 2013. O fundo investido possui 99,83% de participação em ações de companhia fechada. (ix) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos administrados pela BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM. Em 2022 a Companhia detém 10,56% de participação neste fundo tendo adquirido as cotas a partir de fevereiro de 2019. (x) Debêntures conversíveis emitidas pela empresa Any Life gestão Patrimonial S.A, subscritos em 18 de janeiro de 2022. O total da emissão é de 6.010.512 debêntures conversíveis em ações ordinárias, com valor total de R$ 6.011. A totalidade das debêntures foi dividida em 3 séries, sendo que, a primeira é de R$ 3.011 integralizada em 18 de janeiro de 2022, a segunda série condicionada é de R$ 1.500 com integralização até 18 de agosto de 2022, a terceira série também condicionada é de R$ 1.500 com integralização até 18 de julho de 2023. O vencimento da totalidade das debêntures se dará em 18 de outubro de 2023. A segunda e a terceira séries não foram integralizadas uma vez que as condições previstas nas emissões, não foram cumpridas pela empresa. As debêntures não fazem jus a remuneração. (xi) Debêntures conversíveis emitidas pela empresa MMG Consult - Consultoria e Participações S/A em 20 de outubro de 2022. O total da emissão é de 15.000.000 debêntures conversíveis em ações ordinárias, com valor total de R$ 15.000. A totalidade das debêntures foi dividida em 3 séries, sendo que a primeira série é de R$ 5.000 integralizada em 21 de outubro de 2022, a segunda série é de R$ 5.000 com integralização entre 01 de outubro de 2022 e 31 de novembro de 2022, a terceira série também é de R$ 5.000 com integralização entre 01 de dezembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023. O vencimento das debêntures se dará em 36 meses contados da data de integralização de cada série. As debêntures subscritas e integralizadas fazem jus a remuneração equivalente a 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, na base 252 dias úteis, acrescidas de spread de 6% ao ano. **11. Contas a receber: Contas a receber por vencimento:** Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer:				
De 1 a 30 dias	7.629	5.615	18.418	19.293
De 31 a 60 dias	–	4	6.556	4
De 61 a 90 dias	–	–	3.805	–
Acima de 180 dias	–	–	561	–
Total a vencer	7.629	5.619	29.340	19.297

Não há contas a receber em atraso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O contexto histórico dos últimos 5 anos contados até 31 de dezembro de 2022 não indica nenhuma perda por default de qualquer um dos valores a receber pelo Grupo, portanto, a Administração considera não haver necessidade de qualquer reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável do saldo de contas a receber com clientes. Em garantia ao empréstimo captado, a Companhia e sua controlada Jive Asset cederam fiduciariamente as contas correntes de sua titularidade mantidas junto ao Banco Modal S.A., bem como os direitos creditórios de sua propriedade referentes às taxas de performance, gestão e quaisquer outros valores que lhe forem devidos por qualquer prestação de serviço relacionada a gestão, administração ou consultoria dos fundos administrados pela MAF DTVM S.A. que transitarem por esta conta. **12. Investimentos: Composição dos investimentos:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos em participações avaliados equivalência patrimonial	112.916	67.468	–	–
Investimentos em participações avaliados pelo valor justo (*)	8.382	8.382	8.382	8.382
Mais valia e intangíveis identificados	103.886	–	–	–
Ágio	195.068	–	–	–
	420.252	75.850	8.382	8.382

(*) Em 22 de novembro de 2021 a companhia adquiriu participação minoritária através de ações de série a, que equivalem a 3,75% da companhia Moss Amazonia, situada nas Ilhas Cayman. De acordo com o contrato firmado e evidências da operação, o Grupo não possui influência significativa ou controle da investida. Na data de aquisição do investimento, o valor justo se dá pelo preço da transação. A companhia realizou testes e estudos relacionados ao investimento e entendeu que o valo justo é a melhor estimativa para manter o investimento. **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações consolidadas da Jive Investments e de suas controladas. Segue abaixo a participação da Companhia, em cotas/ações, nas suas controladas e coligadas, para fins das demonstrações financeiras individuais:

	2022					2021	
	Jive Asset	Claimfy	Localize	Mauá	Jive LLC	Jive Asset	Claimfy
Ativo	131.036	12.443	4.593	19.863	36	67.927	9.989
Passivo	46.345	2.596	422	3.025	0	10.321	92
Patrimônio Líquido	84.691	9.847	4.171	16.838	36	57.606	9.898
	131.036	12.443	4.593	19.863	36	67.927	9.989
Resultado líquido	58.135	(51)	(442)	3.876	(17)	71.888	(102)
Participação acionária - %	99,9363%	100%	37,40%	100%	100%	99,94%	100,00%
Valor do investimento	84.637	9.847	1.560	16.836	36	57.570	9.898
Resultado de equivalência patrimonial	58.097	(51)	(165)	3.875	(17)	71.842	(102)

Movimentação dos investimentos

	Jive Asset	ClaimFy	Localize	Mauá	Jive LLC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.366	–	–	–	–	16.366
Investimento	14.937	10.000	–	–	–	24.937
Resultado de equivalência patrimonial	71.842	(102)	–	–	–	71.740
Dividendos recebidos	(11.000)	–	–	–	–	(11.000)
Perda com investimento	(34.575)	–	–	–	–	(34.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	57.570	9.898	–	–	–	67.468
Investimento	–	–	1.725	13.273	53	15.051
Resultado de equivalência patrimonial	58.097	(51)	(165)	3.875	(17)	61.739
Dividendos recebidos	(31.030)	–	–	(311)	–	(31.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.637	9.847	1.560	16.836	36	112.916

13. Propriedades para Investimentos: Durante o exercício de 2021 a companhia adquiriu 4 lajes no empreendimento imobiliário da Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, São Paulo - SP, as quais foram destinadas a Propriedades para Investimento. Em 2022 a companhia contratou laudo de avaliação das lajes que evidenciaram que as mesmas não perderam valor ao longo, com isso, e nas melhores estimativas de avaliação, a companhia optou por manter o registro a valor de custo uma vez que este é marginalmente menor que o valor justo. Com isso, o valor registrado em 2022 é de R$ 55.151, o mesmo de 2021. **14. Imobilizado:** O imobilizado está basicamente composto por itens que compõem o escritório do Grupo, conforme apresentado abaixo: **a) Composição do saldo**

				Controladora	
				2022	2021
	Taxa média anual de depreciação - %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total	Total
Edificios	25	15.110	(715)	14.394	14.999
Máquinas e equipamentos	10	957	(186)	771	1.033
Instalações	20	2.186	(565)	1.622	1.841
Móveis e utensílios	10	1.805	(778)	1.027	1.103
Computadores e periféricos	20	3.570	(1.419)	2.151	2.199
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	13.211	(2.071)	11.141	1.074
Arrendamento - direito de uso aluguel	(*)	25.371	(2.328)	23.043	28.755
Total		62.210	(8.062)	54.148	51.004

				Consolidado	
				2022	2021
	Taxa média anual de depreciação - %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total	Total
Edificios	25	15.110	(715)	14.394	14.998
Máquinas e equipamentos	10	1.066	(213)	853	1.035
Instalações	20	3.283	(1.227)	2.056	1.841
Móveis e utensílios	10	3.169	(1.616)	1.553	1.103
Computadores e periféricos	20	5.264	(2.278)	2.986	2.199
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	13.478	(2.100)	11.378	1.074
Arrendamento - direito de uso aluguel	(*)	25.371	(2.328)	23.042	28.755
Total		66.740	(10.478)	56.262	51.006

b) Movimentação dos imobilizados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo anterior	51.004	17.854	51.006	17.857
Adições				
Imóveis (*)	–	15.110	–	15.110
Instalações	–	6	1.097	6
Móveis e utensílios	104	120	1.468	120
Máquinas e equipamentos	(167)	621	(67)	621
Computadores e periféricos	559	1.406	2.253	1.399
Benfeitorias	10.461	18	10.728	18
Total das adições	10.957	17.281	15.479	17.274
Adições arrendamento bens de uso (**)	–	18.760	–	18.760
Remensuração arrendamento bens uso	(4.467)	–	(6.578)	–
Depreciação	(3.346)	(2.890)	(3.645)	(2.884)
Saldo final	54.148	51.004	56.262	51.006

(*) Durante o exercício de 2021 a companhia exerceu sua preferência ao fim do contrato de locação e adquiriu a laje que ocupa no 17º andar da Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485. (**) Durante o exercício de 2021 a companhia repactuou seu contrato de locação dos 18º e 19º andar, lajes que ocupa na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, para adequação a valor de mercado e extensão da ocupação, que agora se estende até 01 de dezembro 2031. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado da Controladora e do Grupo, portanto, nenhuma perda foi reconhecida. Adicionalmente, não houve alteração nas estimativas de vida útil e valor residual dos ativos imobilizados da Controladora e do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **15. Intangível:** O intangível está basicamente composto por itens conforme apresentado abaixo: **a) Composição do saldo**

			Controladora	
			2022	2021
	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Total	Total
Software	1.113	(553)	560	454
Desenvolvimento de Produtos	3.109	(46)	3.064	–
Total	4.222	(598)	3.624	454

			Consolidado	
			2022	2021
	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Total	Total
Software	2.679	(1.103)	1.576	454
Desenvolvimento de Produtos	5.316	(64)	5.251	–
Mais valia e intangíveis identificados	103.886	–	103.886	
Ágio	197.873	–	197.873	–
Total	309.754	(1.168)	308.587	454

b) Movimentação dos intangíveis:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo anterior	454	287	454	287
Adições	3.340	262	308.873	262
Amortizações	(170)	(95)	(740)	(95)
Saldo final	3.624	454	308.587	454

(*) A companhia tem identificado ativos desenvolvidos internamento, conforme determinado pelo CPC 04 e feito as devidas alocações em Intangíveis. O número de adições é acrescido dos valores identificados nas Combinações de Negócios, conforme referenciado na nota Nº3 - Aquisição e constituição de controladas. **16. Fornecedores:** O saldo é substancialmente constituído por despesas operacionais e administrativas, com prazo médio de pagamento de 30 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	3.603	3.784	3.464	3.840
Total	3.603	3.784	3.464	3.840

17. Empréstimos e financiamentos: Em 29 de dezembro de 2020 foi captado o empréstimo no valor principal de R$ 30.000 amortizado em seis parcelas trimestrais com vencimento final em 11 de setembro de 2023, remunerado pela taxa de juros de 3% ao ano, acrescido de 100% do DI - depósito interfinanceiros. Tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios: recebíveis consistentes na taxa de gestão e taxa de performance até o limite da próxima amortização, sendo o excedente liberado da garantia. Em 11 de setembro de 2020 foi captado o empréstimo no valor principal de R$ 18.000 com amortização em única parcela com vencimento para 11/09/2023, remunerado com taxa de juros de 0,5% ao ano, acrescido de 100% do DI - depósito interfinanceiros. Em 04 de junho de 2021 foi captado o empréstimo no valor principal de R$ 10.000 com amortização em única parcela com vencimento para 02/06/2027, remunerado com taxa de juros de 3% ao ano, acrescido de 100% do DI - depósito interfinanceiros. Em 29 de junho de 2021 foi captado o empréstimo no valor principal de R$ 30.000 com amortização em única parcela com vencimento para 22/06/2027, remunerado com taxa de juros de 3% ao ano, acrescido de 100% do DI - depósito interfinanceiros. Em 21 de dezembro de 2021 a companhia emitiu 41 emissões de debêntures do valor nominal unitário de R$ 41.000 cada, com prazo de distribuição pública de até 24 meses contados da data de divulgação do comunicado de início pelo Coordenador Líder. O valor total foi integralizado em 24 de janeiro de 2022. O prazo para vencimento é de 2.557 dias, contados da data da emissão, vencendo portanto em 22 de dezembro de 2028. Os títulos são remunerados a 100% do DI - depósito interfinanceiros acrescidos de *spread* de 2,65% ao ano, na base de 252 dias. Tendo como garantia as propriedades classificadas em propriedades para investimento na nota nº 13 e a classificada na rubrica de edifícios na nota de imobilizado nº 14. **a. Composição da dívida**

				Controladora e Consolidado		Consolidado
	Taxa média ponderada	Data aquisição	Vencimento	2022	2021	2022
Empréstimos e financiamentos						
Em moeda local						
Banco Modal S/A	3% a.a + DI	29/12/2020	15/01/2024	40.652	32.063	40.652
Contrato mútuo Multsegmentos I	0,5% a.a + DI	11/09/2020	11/09/2023	11.029	19.018	11.029
Contrato mútuo Multsegmentos II	2,5% a.a + DI	04/06/2021	02/06/2027	12.108	10.515	12.108
Contrato mútuo Multsegmentos III	2,5% a.a + DI	29/06/2021	22/06/2027	36.162	31.403	36.162
Debêntures	2,65% a.a. + DI	24/01/2022	22/12/2028	35.470	–	35.470
Total				135.422	92.999	135.422
Passivo circulante				30.278	14.063	30.278
Passivo não circulante				105.144	78.936	105.144
				135.422	92.999	135.422

b. Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	92.999	92.999
Captações	51.188	51.188
Provisão de juros	17.659	17.659
Amortizações do principal	(26.424)	(26.424)
Amortizações de juros	–	–
Em 31 de dezembro de 2022	135.422	135.422

As informações sobre a exposição da Controladora e do Grupo aos riscos de taxas de juros e de liquidez a empréstimos e financiamentos encontram-se divulgados na nota explicativa 17. **c. Cronograma de vencimentos**

	Controladora e Consolidado
	2022
Até 1 ano	11.029
De 2 a 3 anos	40.652
De 4 a 5 anos	48.270
Acima de 5 anos	35.470
	135.422

18. Instrumentos financeiros: a) Categorias de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são classificados:

			Controladora	Consolidado
	Nota Explicativa	Categoria	Valor contábil	Valor contábil
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	7	Valor justo pelo resultado	395	711
Títulos e valores mobiliários - CDBs	8	Valor justo pelo resultado	55.293	148.648
Títulos e valores mobiliários - Cotas de Fundos	9	Valor justo pelo resultado	138.803	151.075
Debentures conversíveis	9	Valor justo pelo resultado	13.292	13.292
Total ativos financeiros			207.783	313.725
Passivo				
Fornecedores	12	Valor justo pelo resultado	3.603	3.464
Empréstimos bancários com garantia	13	Valor justo pelo resultado	40.652	40.652
Empréstimos sem garantia	13	Valor justo pelo resultado	59.299	59.299
Debêntures a pagar	13	Valor justo pelo resultado	35.470	35.470
Aquisições a pagar	3	Valor justo pelo resultado	129.615	129.615
Total passivos financeiros			268.640	268.501

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por disponibilidades. Os CDBs estão registrados ao valor de atualização dos termos contratados, que representam o seu valor justo, considerando as características

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2023 21:41:04 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5D23D4CF-657D-43CB-98C6-78D32A0612ED

JIVE INVESTMENTS GESTÃO DE RECURSOS E CONSULTORIA S.A.

de liquidez imediata. As cotas de fundos de investimento estão registradas com base no valor das cotas disponibilizadas pelos respectivos administradores, que representam os seus valores justos. Os ativos financeiros representados por saldos de contas a receber e de partes relacionadas estão classificados ao custo amortizado, e os seus valores justos são equivalentes aos seus valores contábeis, em decorrência do curto prazo de realização ou da manutenção das condições negociais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 em relação às condições atuais de mercado. Os passivos financeiros representados por fornecedores, empréstimos e partes relacionadas, foram classificados como outros passivos financeiros, e estão registrados ao seu custo amortizado. O valor justo destes saldos é equivalente aos respectivos valores contábeis. Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo nesses períodos. **b) Empréstimos e financiamentos:** São contabilizados ao custo amortizado, para efeito de comparação apresentamos o valor justo desses instrumentos classificados no nível 2, utilizando curvas de taxas de juros e *spread* prontamente observáveis no mercado. **c) Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **(i) *Riscos financeiros:*** As atividades da Grupo estão sujeitas a riscos de financeiros: de crédito, liquidez e de mercado (variações cambiais e de juros). Entretanto, para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez. Os limites globais concedidos ao Grupo apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito para eventuais imprevistos ou necessidades. São simulados diversos cenários, considerando refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. **(ii) *Gestão do risco de taxa de juros:*** O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado nas análises de sensibilidade abaixo:

Indicadores - Controladora	Cenário atual	Cenário I 25%	Cenário I (25%)	Cenário II 50%	Cenário II (50%)
Taxa DI	**13,650%**	**17,063%**	**10,238%**	**20,475%**	**6,825%**
Banco Modal S/A	(40.652)	(1.387)	1.387	(2.774)	2.774
Contrato Mútuo Multisegmentos	(59.299)	(2.024)	2.024	(4.047)	4.047
Debêntures	(35.470)	(1.210)	1.210	(2.421)	2.421
Aquisições a pagar	(129.615)	(4.423)	4.423	(8.846)	8.846
Aplicações Financeiras	207.783	7.091	(7.091)	14.181	(14.181)

Indicadores - Consolidado	Cenário atual	Cenário I 25%	Cenário I (25%)	Cenário II 50%	Cenário II (50%)
Taxa DI	**13,650%**	**17,063%**	**10,238%**	**20,475%**	**6,825%**
Banco Modal S/A	(40.652)	(1.387)	1.387	(2.774)	2.774
Contrato Mútuo Multisegmentos	(59.299)	(2.024)	2.024	(4.047)	4.047
Debêntures	(35.470)	(1.210)	1.210	(2.421)	2.421
Aquisições a pagar	(129.615)	(4.423)	4.423	(8.846)	8.846
Aplicações Financeiras	313.725	10.706	(10.706)	21.412	(21.412)

Indicadores	Qde Cotas	Cenário atual	Cenário atual Total	Cenário I 25%	Cenário I (25%)	Cenário II 50%	Cenário II (50%)
		Quota de fundos	Quota de fundos	Quota de fundos	Quota de fundos	Quota de fundos	Quota de fundos
Fundo Real Strategy							
FIP Multiestratégia	30.850.000	**1,0073**	31.075	7.769	(7.769)	15.538	(15.538)
Fundo RC I FIM CP	41.681.000	**0,8256**	34.412	8.603	(8.603)	17.206	(17.206)
Fundo FIC Jivers Bossa Nova	52.204.660	**1,0926**	57.041	14.260	(14.260)	28.521	(28.521)
Fundo ARC Offshore	1.043.951	**11,1131**	11.602	2.900	(2.900)	5.801	(5.801)
Fundo RELG11	64.015	**73,0300**	4.675	1.169	(1.169)	2.338	(2.338)
Fundo MZO Logistica							
FI part Multiestratégia	5.707	**890,6974**	5.083	1.271	(1.271)	2.541	(2.541)
Fundo Mauá Capital							
P FI Multi Cred Priv IE	3.209.649	**0,9437**	3.029	757	(757)	1.514	(1.514)

(iii) *Gestão do risco de taxa de câmbio:* Contas a receber em moeda estrangeira são basicamente taxas de gestão de fundos. Para os fundos não offshore são cobradas taxa de gestão em reais, o qual os fundos repassam em dólar e o recebimento desse valor ocorrem em até cinco dias com o câmbio travado, portanto não há risco cambial nessa modalidade de recebimento. Além disso, investimentos em moeda estrangeira são avaliados. As cotas do fundo offshore são avaliadas mensalmente e marcadas à taxa do dólar na data. O investimento "marcado" a valor justo á avaliado anualmente para a correta marcação.

Contas a receber	1.501
Cotas de fundo offshore	2.220
Investimento avaliado pelo valor justo	1.500
	5.221

Análise de sensibilidade Dólar

	Qtd (US$ mil)	Preço Médio	Cotação 2022	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
				(25%)	(10%)	10%	25%
		5,1655	5,2177	**3,9133**	**4,6959**	**5,7395**	**6,5221**
Exposição Cambial (US$)	5.221	26.969	27.242	20.431	24.517	29.966	34.052
Impacto no Resultado			273	(6.810)	(2.724)	2.724	6.810

(iii) Gestão de risco de crédito: Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados. Os principais ativos que estão sujeitos ao risco de crédito são as contas a receber. A Companhia entende que os valores apresentados nas informações contábeis são razoáveis aos riscos de crédito correspondentes. ***(iv) Gestão de risco de liquidez:*** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das empresas para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Na tabela a seguir seguem os fluxos de pagamentos dos passivos financeiros:

Controladora						
Operação	Saldo Contábil	Fluxo de caixa Contratual	Até 1 ano	De 2-3 anos	De 4-5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	3.603	3.603	3.603	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	135.422	188.080	39.079	39.552	102.571	6.879
Aquisições a pagar	129.615	145.945	54.621	91.324	–	–
Partes relacionadas	806	832	832	–	–	–
Arrendamento a pagar	24.006	40.334	3.704	7.167	7.167	22.296
	293.452	378.794	101.839	138.043	109.738	29.174

Consolidado						
Operação	Saldo Contábil	Fluxo de caixa Contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	3.464	3.464	3.464	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	135.422	188.080	39.079	39.552	102.571	6.879
Aquisições a pagar	129.615	145.945	54.621	91.324	–	–
Partes relacionadas	887	914	914	–	–	–
Arrendamento a pagar	24.006	40.334	3.704	7.167	7.167	22.296
	293.394	378.737	101.782	138.043	109.738	29.174

O fluxo de caixa foi avaliado seguindo as taxas praticadas no mercado com liquidação nas datas de vencimento contratuais. **19. Arrendamentos direito de uso a pagar:** Em 31 de dezembro de 2022, a Controladora e o Grupo possuíam 2 contratos de locação firmados com terceiros, referente ao centro administrativo. Esses contratos se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação não preveem despesa de aluguel variável, o valor é atualizado anualmente por índice representativo da inflação IGP-M, com prazos de duração média de cinco anos, sujeitos à renovação. Foram consideradas na elaboração dos pagamentos de arrendamento o tempo máximo de renovação, com fim do contrato previsto para 2029.Os compromissos futuros oriundos dos contratos vigentes, estão demonstrados a seguir:

	Controlada e Consolidado 2022	2021
Balanço		
Imobilizado - direito de uso (ativo)	23.043	28.755
Arrendamento - direito de uso (passivo)	24.006	29.162

Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no período são:

Ativo direito de uso	Controlada e Consolidado 2022	2021
Saldo inicial	28.755	11.501
Adições	–	26.718
Baixas	–	(7.958)
Remensuração	(4.213)	–
Amortização	(1.499)	(1.505)
Saldo em 31 de dezembro	23.043	28.755

Os saldos e a movimentação dos passivos de direito de uso nos exercícios são:

Passivo de arrendamento	Controlada e Consolidado 2022	2021
Saldo inicial	29.162	12.683
Adições	–	26.683
Baixas	–	(9.226)
Remensuração	(4.213)	–
Encargos financeiros apropriados	2.391	1.475
Pagamento do principal	(1.132)	(1.016)
Pagamento de juros	(2.391)	(1.437)
Saldo em 31 de dezembro	24.006	29.162

O cronograma de pagamentos dos saldos de arrendamentos está demonstrado a seguir:

Fluxo de pagamentos	Controlada e Consolidado 2022	2021
Até 1 ano	1.306	1.700
De 2 a 3 anos	2.827	3.773
De 4 a 5 anos	3.560	4.469
De 6 a 7 anos	4.497	5.468
Acima de 7 anos	11.816	13.752
	24.006	29.162

A movimentação das contas de resultado do exercício para os arrendamentos de direito de uso é:

	Controlada e Consolidado 2022	2021
Despesas com Depreciação do ativo	1.499	1.504
Despesas com Encargos financeiros apropriados	2.391	2.177
Pis/Cofins	(261)	(174)
Total das Despesas	3.629	3.507

20. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Salários	719	811	977	811
Pró-labore	16	18	106	62
Bônus	2.139	4.454	3.017	4.454
FGTS	182	183	238	183
INSS	973	605	1.333	617
IRRF	590	507	848	530
Provisão de férias	2.762	2.269	3.499	2.269
Outras	5	62	27	62
Total	7.386	8.908	10.045	8.986

21. Obrigações tributárias

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
PIS	197	193	477	371
COFINS	922	915	2.223	1.735
IRPJ e CSLL	–	–	24.500	8.731
ISS	1.686	566	2.684	974
Outras	208	540	675	560
Total	3.013	2.214	30.559	12.370

22. Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias: O Grupo Jive tem como critério efetuar provisão para os processos com probabilidade de perda provável e divulgar processos com probabilidade de perdas possíveis. O Grupo Jive requereu um mandado de segurança junto à Receita Federal do Brasil objetivando a concessão da medida liminar o direito de não incluir os valores relativos aos ISS nas bases de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, suspendendo a exigibilidade de eventual crédito tributário constituído a este título. Mensalmente as companhias fazem o recolhimento dos depósitos judiciais referentes ao valor da exclusão, sendo R$ 468 em 2022, conduta que deve ser mantida até o trânsito em julgado dos devidos processos. **23. Capital Social e Reservas: a. Capital social:** Ao fim do exercício de 2022 o capital da companhia é composto por 133.507 (126.295 em 2021) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 132.002 ordinárias e 1.505 preferenciais e o capital social é de R$ 134 (R$ 126 em 2021). ***Demonstração dos dividendos***

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	68.576	56.569
Reservas de lucros anos anteriores	23.703	6.322
Constituição de Reserva Legal	(1)	(6)
Ajuste anos anteriores	48	106
Transação entre sócios	130	–
Base de cálculo dos dividendos	92.456	62.991
Dividendos distribuídos	24.036	39.287
Reservas de lucros 2022	68.420	23.703

O saldo de Dividendos a receber é constituído com base na deliberação de dividendos da Jive Asset que ocorreu ao longo de 2022, não quitados até a data de emissão das demonstrações financeiras. **Eventos Societários:** Em 31 de outubro de 2022, a companhia promoveu a segunda AGE para discutir e votar sobre a consumação da operação de negócios com o Grupo Mauá e autorizar os diretores da companhia a assinarem, em nome da companhia, todos os documentos necessários a formalização e consumação da operação. Em 31 de outubro de 2022, a companhia promoveu a terceira AGE para deliberar, discutir e votar sobre a emissão de 7.212 novas ações, das quais 5.707 ordinárias e 1.505 preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, destinando-se o preço de emissão para o capital social e a reserva de capital das quais alteração e consolidação do estatuto social da companhia, eleição de novo membro e presidente do conselho de administração. No mesmo ato, a Jive emitiu bônus de subscrição de 2.621 ações, em favor dos antigos sócios Mauá, totalmente condicionadas ao atingimento de metas e sujeitas as regras de parcela adicional (*earnout*) e *clawback* acordadas. **b. Reservas:** As Reservas da Companhia constituídas são: **Reserva Legal:** é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. **Reservas de Lucros:** tem por finalidade o financiamento da expansão da companhia no curto e no médio prazo. Constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos sócios com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia. **Reserva de Capital:** tem por finalidade o financiamento da expansão da companhia no curto e no médio prazo. Foi constituida pela destinação da maior parte do valor de emissão de ações deduzido dos custos da mesma. No exercício de 2022 a reserva foi afetada pela avaliação a valor do justo na Combinação de Negócios com a Mauá Capital S.A., de forma que a parte relacionada a troca de ações afetou a reserva em R$ 120.187. Além disso, na emissão de ações que aconteceu em 31 de outubro de 2022, foi constituída reserva de R$ 1.081 e consequentemente, reconhecidos os custos na emissão das ações de R$ 3.427, valor positivo pela contabilização do ativo fiscal diferido sobre a base negativa do imposto de renda e da contribuição social. **24. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado corrente:** As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social corrente incidente sobre as operações da Controladora. As diferenças para o consolidado se dão pelas apurações da controlada. Os cálculos são assim apresentados

Lucro Real	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.248	56.569	96.554	56.569
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais - 34%	(21.844)	(19.234)	(32.828)	(19.234)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	20.991	24.391	–	24.391
Resultado da tributação pelo lucro presumido de controlada		–	–	–
Adições / exclusões permanentes e outros	854	1.505	(9.355)	1.505
Operações com fundos de investimentos		–		–
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não constituídos	4.328	(6.662)	13.968	(6.662)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	4.329	–	(28.215)	–
Correntes			(30.907)	–
Diferidos	4.328	–	2.691	–
Total	4.328	–	(28.216)	–

Lucro presumido	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Receita da prestação de serviço	–	–	3.552	93.485
Ajustes de competência de emissão	–	–	–	(6.850)
Lucro presumido (32%)	–	–	1.137	27.723
(+) Receitas financeiras e ganhos de capital	–	–	184	931
Base para tributação	–	–	**1.321**	**28.654**
Imposto de renda (15%)	–	–	(198)	(4.298)
Imposto de renda - adicional (10%)	–	–	(108)	(2.841)
Contribuição social (9%)	–	–	(119)	(2.579)
Total	–	–	**(425)**	**(9.718)**
Ajuste da provisão para enquadramento Lucro Real	–	–	–	(4.257)

	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	–	–	12.520
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais - 34%	–	–	–	(4.257)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva:				
Diferença de alíquota do lucro presumido	–	–	–	–
Despesas de imposto de renda e contribuição social	–	–	–	(4.257)
Correntes	–	–	(425)	(4.257)
Diferidos	–	–	–	–
Total	–	–	**(425)**	**(13.975)**

25. Receita operacional líquida: A Receita de Prestação de Serviços está substancialmente representada por serviços de cobrança de direitos creditórios e gestão de fundos próprios e de terceiros, conforme descrito abaixo:

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Taxa de gerenciamento	–	–	107.802	72.298
Taxa de performance	–	–	5.449	21.187
Taxa de consultoria	82.854	59.358	82.854	59.358
Fornecimento de dados	–	–	3.469	–
Receita bruta	82.854	59.358	199.574	152.843
Deduções da receita bruta:				
COFINS	(5.747)	(4.048)	(12.108)	(6.535)
PIS	(1.248)	(879)	(2.628)	(1.419)
ISS	(4.032)	(2.797)	(6.857)	(4.667)
Total	**71.828**	**51.633**	**177.981**	**140.222**

26. Despesas por natureza

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Pessoal	(39.579)	(33.407)	(49.056)	(33.600)
Despesas de marketing/vendas	–	–	(501)	–
Serviços profissionais contratados	(20.566)	(22.536)	(23.662)	(25.672)
Aluguéis e condomínios	(2.729)	(1.156)	(2.832)	(1.156)
Informática	(3.796)	(925)	(4.475)	(940)
Energia, água e telefone	(493)	(215)	(538)	(215)
Despesas com Eventos	(4.078)	(1.726)	(4.083)	(1.726)
Impostos e taxas	(1.153)	(748)	(1.726)	–
Depreciação e amortização	(2.017)	(2.497)	(2.137)	(2.498)
Outras despesas por natureza	(2.208)	(1.935)	(2.338)	(2.981)
Total	(76.618)	(65.144)	(91.347)	(68.788)
Despesas gerais e administrativas	(76.618)	(65.144)	(91.347)	(68.788)
Total	(76.618)	(65.144)	(91.347)	(68.788)

27. Outras receitas e outras despesas

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Outras receitas				
Baixa de bens do ativo imobilizado	–	26	–	26
Outras receitas	53	110	53	110
Total outras receitas	53	136	53	136
Outras despesas				
Doações	(400)	(841)	(564)	(841)
Brindes	(172)	(317)	(334)	(317)
Baixas para perdas	–	(939)	–	(939)
Despesas não dedutíveis	(130)	–	(237)	–
Patrocínio	(135)	–	(353)	–
Total outras despesas	(837)	(2.097)	(1.488)	(2.097)

28. Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro líquido é composto conforme quadro abaixo:

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Receitas financeiras (valor justo)				
Rendimento de aplicações financeiras a valor justo	29.509	4.868	37.668	5.845
Receitas financeiras (custo amortizado)				
Descontos obtidos	1	6	2	6
Juros Ativos	5.908	1.853	5.914	1.853
Outras receitas financeiras	14	1	43	1
Total das receitas financeiras (custo amortizado)	5.923	1.861	5.959	1.861
Total das receitas financeiras	35.432	6.729	43.626	7.706
Despesas financeiras (custo amortizado)				
Tarifas bancárias	(20)	(15)	(45)	(19)
Juros sobre arrendamento - direito de uso	(2.391)	–	(2.391)	–
Juros sobre empréstimos	(13.189)	(5.049)	(13.220)	(5.049)
Juros e multas	(7.257)	(80)	(7.402)	(133)
Outras despesas financeiras	(4.491)	(1.285)	(5.065)	(1.388)
Total das despesas financeiras (custo amortizado)	(27.349)	(6.428)	(28.122)	(6.589)
Resultado financeiro líquido	8.083	301	15.504	1.117

29. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas: O controlador final da Controlada e do Grupo são os participantes do capital conforme apresentado na nota 21. Além destes, dada a atividade de Gestão de Fundos de Investimentos, eles são considerados Partes Relacionadas. **b) Movimentação dos saldos com partes relacionadas: *Controladores***

Ativo	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Contas a Receber	1.656	–	1.831	–
Mútuos com sócios	17.722	18.897	17.722	18.897
Quotas a receber	23.378	21.348	23.378	21.348
Total	42.755	40.244	42.930	40.244

Em 2020 a companhia realizou vendas de quotas a prazo que estavam mantidas em quotas em tesouraria, com base nos contratos firmados, os valores parcelados são atualizados mensalmente com base na taxa CDI acrescidos das taxas de juros de 0,50%. Os contratos firmados em 2021 passaram a ser atualizado com a taxa de juros de 3%. Em 2022 os contratos foram atualizados com a taxa de juros de 2,5%. Todos os valores são atualizados conforme condições de mercado negociados no momento da aquisição de créditos e débitos com a companhia.

Passivo	2022	2021	2022	2021
Partes relacionadas	806	1.474	887	1.555
Total	806	1.474	887	1.555

Os saldos de partes relacionadas no passivo referem-se aos valores a pagar aos ex-sócios no acordo de saída.

Fundos de Investimentos

Receita operacional líquida	2022 Jive Asset	2022 Mauá	2021 Jive Asset
Onshore	73.389	2.693	70.556
Offshore	22.294	–	18.033
Taxas de gestão	**95.683**	**2.693**	**88.589**
Onshore	1.541	3.502	–
Offshore	–	–	–
Taxas de performance	1.541	3.502	–
Total da receita	**97.224**	**6.195**	**88.589**

c) Remuneração da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R$ 218 (R$ 201 em 2021). **30. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, para Jive Investments a cobertura de seguros é de R$ 1.058 para obras de artes tendo como vigência o período compreendido entre 17/05/2022 e 17/05/2023, para danos materiais a cobertura é de R$ 4.650 e responsabilidade civil R$ 6.830 tendo como vigência entre 13/04/2022 e 13/04/2023 (em 2021 era de R$ 8.945 e R$ 15.000). Em 31 de dezembro de 2022, para Mauá Capital, a cobertura de seguros para execução fiscal judicial era de R$ 615, prêmio de R$ 38, tendo como vigência o período compreendido entre 03/10/2019 e 03/10/2024. **31. Eventos subsequentes:** Em 26/01/2023 a companhia realizou um AFAC na Mauá Capital S.A no valor de R$ 11.500. Em 08/03/2023 houve a deliberação de dividendos antecipados em 2022, em bases desproporcionais, no valor de R$ 24.062. Em 24/04/2023 a companhia finalizou os Laudos de PPA (*Purchasing Pricing Agreement*), para as operações de combinação de negócios efetuadas em 2022, respeitando o prazo legal de 13 meses após a operação. Com isso, os devidos ativos identificados, foram alocadas as devidas rubricas e as amortizações aplicadas. A companhia pretende fazer uso da dedutibilidade so valor não alocado (*goodwill - ágio por expectativa de rentabilidade futura*), através da incorporação das operações da Mauá Capital S.A.

DIRETORIA

Alexandre Marcelo Marques Cruz
Diretor
Guilherme Rizzery de Godoy Ferreira
Diretor

CONTADOR

Márcio Soares de Campos
CRC 1SP245.118/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e diretores da
Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A.
São Paulo - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Combinação de negócios - Aquisição do Grupo Mauá:** Veja as notas explicativas nº 2, 3, 12 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Principal assunto de auditoria: Como auditoria endereçou esse assunto No exercício de 2022, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Mauá Capital S.A. Esta transação resultou na aquisição do controle e foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3 – *Business Combinations*), que requer que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido ao grau de julgamento adotado pela Companhia e na complexidade e incerteza inerente à determinação das premissas subjacentes à mensuração dessa transação e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a: leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do laudo de valor justo ("PPA") realizado por especialista contratado pela Companhia, considerando a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a avaliação dos riscos de distorção que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante; análise das informações contábeis e financeiras da empresa adquirida na data do fechamento da operação, validação do percentual de participação e recálculo da equivalência patrimonial; e avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento e divulgação da combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP
Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJOBI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 - Processo: 084/2022

Objeto: Aquisição de até 108.500 litros de etanol e 48.500 litros de gasolina comum direto na Bomba do licitante vencedor, para abastecimento da frota de veículos, com entrega parcelada, pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificados no anexo I.
Data da Abertura: 26/04/2023
Data de Entrega dos documentos e propostas: 11/05/2023 as 08:30 horas.
Local de realização: Sala de Reunião do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itajobi na Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP.
O Edital completo e demais anexos encontram-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações á Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP, no horário das 09:00 as 17:00 horas e também no Site www.itajobi.sp.gov.br.
Legislação Lei Federal nº 14.133/21.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023 - Processo: 085/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE LEITES, DIETAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.
Data da Abertura: 26/04/2023
Data de Entrega dos documentos e propostas: 11/05/2023 as 14:00 horas.
Local de realização: Sala de Reunião do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itajobi na Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP.
O Edital completo e demais anexos encontram-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações á Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP, no horário das 09:00 as 17:00 horas e também no Site www.itajobi.sp.gov.br.
Legislação Lei Federal nº 14.133/21.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023 - Processo: 086/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE KIT MISTURA PARA O DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.
Data da Abertura: 26/04/2023
Data de Entrega dos documentos e propostas: 12/05/2023 as 08:30 horas.
Local de realização: Sala de Reunião do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itajobi na Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP.
O Edital completo e demais anexos encontram-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações á Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP, no horário das 09:00 as 17:00 horas e também no Site www.itajobi.sp.gov.br.
Legislação Lei Federal nº 14.133/21.

Itajobi/SP, 26 de abril de 2023.
SIDIOMAR UJAQUE - Prefeito Municipal
KELLI CRISTIANE NONATO DA SILVA - Setor de Licitações

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP no 162/2023
Processo Administrativo no 053041/2023

LICITAÇÃO DESTINADA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL CONFORME LEI COMPLEMENTAR No 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de eletrônicos, conforme edital e seus anexos.
Valor Estimativo: R$ 96.008,86 (noventa e seis mil e oito reais e oitenta e seis centavos).
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 11 de maio de 2023 a partir das 9 horas.
Retirada do Edital: Diretamente no site **www.gov.br/compras/pt-br** ou gratuitamente **na íntegra** somente para consulta através do site **www.ribeiraopreto.sp.gov.br**.
Ribeirão Preto, 26 de abril de 2023.
Ricardo Fernandes de Abreu
Secretário Municipal da Administração

Edital De Citação - Prazo De 20 Dias. Processo Nº 1015634-54.2016.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leila Hassem Da Ponte, na forma da Lei, etc. Faz Saber Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 1015634-54.2016.8.26.0100. A Dra. Leila Hassem da Ponte, Juíza de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Ana Pereira Matos Duarte CPF 125.090.808-65 que nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial requerida por Banco Bradesco S/A foi bloqueada a quantia de R$3.766,58 (08.02.23 - fls. 333) de sua conta para pagamento do débito de R$351.034,27 (01.12.22 - fls. 328). Estando a coexecutada em lugar ignorado, expede-se o edital para que em 05 dias, a fluir os 20 supra, comprove as hipóteses previstas no art. 854, §3º do CPC, sendo que na inércia o bloqueio será convertido em penhora (art. 854, §5º do CPC) e levantado em favor do exequente. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 15.03.23. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2023. K-27e28/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1062543-18.2020.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Elaine Faria Evaristo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) HELEN VELASCO PFRIMER, RG 3773325, CPF 707.694.191-00, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Unifa - Cursos e Eventos Ltda, alegando a cobrança de R$ 17.976,76 (jul/20) decorrente da matrícula e das mensalidades vencidas de 25.10.17 a 25.10.19 em relação a curso de Oncologia Veterinária. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2023. K-27e28/04

E D I T A L

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE MATERIAL - NILO

Encontra-se aberto pelo HCFMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **Nº00285/23**, Processo **SIAFEM,20230313891** Processo Administrativo **HCFMUSPPRC2023/00344**, Oferta de Compra **092301090572023OC00345** para constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de **PAPEL TOALHA 3 DOBRAS INTERFOLHADO**, cuja sessão pública será realizada no dia **11/05/2023 09:00:00** horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br - opção "e-negociospublicos", Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: primeiro dia útil, a contar desta publicação. **PREGOEIRO DESIGNADO: RENATA INACIO DA SILVA** e suplentes.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP no 147/2023
Processo Administrativo no 049980/2023

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM LOTES PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO E LOTES PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de eletrodomésticos para as unidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme edital e seus anexos.
Valor Estimativo: R$ 341.828,81 (trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos).
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 11 de maio de 2023 a partir das 9 horas.
Retirada do Edital: Diretamente no site **www.gov.br/compras/pt-br** ou gratuitamente **na íntegra** somente para consulta através do site **www.ribeiraopreto.sp.gov.br**.
Ribeirão Preto, 26 de abril de 2023.
Ricardo Fernandes de Abreu
Secretário Municipal da Administração

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2023 21:41:04 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF